

“Um distrito, um banco”

Bancos em todos distritos até 2019

No âmbito da política de inclusão financeira, todas as capitais distritais do país deverão ser servidas por pelo menos uma agência bancária até 2019, ao abrigo do projecto “um distrito, um banco”, lançado no dia 9 de Agosto de 2016, pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, na cidade da Maxixe, província de Inhambane, no decurso de visita de trabalho que efectuou àquela parcela do país. **Pág. 3**



“O futuro pretende muita ponderação até 2017 e é preciso muita transparência na política cambial. Porém, Moçambique tem ainda

sinais de esperança.

Em relação a banca, percebemos claramente que não é possível fazer o ajuste que a economia precisa sem que haja uma continuidade de subida nas taxas de juro. Até aqui as taxas de juro já aumentaram a um ritmo bastante forte e o grande receio agora é que alguns bancos não tenham capital suficiente para aguentar o aumento esperado no crédito mal parado”. Fásio Mussá, anlista económico, Standardbank **Pág. 10**

“Milhões de dólares são levantados na caixa sem voltarem ao sistema.



Temos que encontrar formas de penalizar falsas declarações de viagens.

É evidente que o que vamos assistir neste ano, são processos de reestruturação em massa, de muitos dos créditos que temos em carteira. E, evidentemente, isto vai fazer um *pressing* na nota em termos de consumos de capitais e poderemos ter algumas dificuldades no sistema. Manuel Soares, Administrador do BCI **Pág. 11**

Crescimento económico vai acelerar em 2017

Economist Intelligence Unit (EIU) diz que o crescimento económico de Moçambique, a uma média de 5,1 por cento no período de 2017 a 2020, ficará longe da média de 7,2 por cento da década anterior.

A produção de carvão manter-se-á um factor-chave de crescimento, devido ao esperado aumento dos preços do minério entre 2017 e 2018, a procura robusta da Índia e dos esforços das empresas mineiras para reduzirem os custos de funcionamento. **Pág. 15**

EDITORIAL

Impõem-se medidas de adaptação à crise.

“Analistas anteveem fusões na banca moçambicana”



Dr. José Mussane - Secretário Geral da AMB

Perante a instabilidade político-militar, desvalorização da moeda Nacional o Metical face ao dólar, falta de liquidez em moeda estrangeira, contração dos investimentos, entre outros factores da actual crise económica que o país vive, é inevitável a adopção de medidas à todos níveis e sectores, incluindo o bancário, para garantir a sobrevivência e continuar a operar no mercado que se mostra cada vez competitivo.

A par da necessidade urgente da paz e do aumento da produção e produtividade, da transparência e da melhoria da política cambial, como factores indispensáveis para a recuperação da economia nacional, há sugestões que nos orientam para as possíveis fusões e outras formas de adaptação, num mercado que se vislumbra cada vez mais penoso.

Num artigo sobre a economia publicado pelo jornal “notícias” na sua edição do dia 13 de Julho de 2016, e que publicamos nas linhas que se seguem, a consultora Eaglestone Security prevê já a fusão da banca comercial que opera no país.

Na sua análise, a consultora refere que apesar da banca comercial de Moçambique ter conseguido manter taxas de crescimento elevadas, as recentes adversidades na economia do país poderão trazer alterações ao panorama bancário, incluindo fusões e aquisições.

No passado, antes mesmo dos parceiros ocidentais do país terem cortado as ajudas orçamentais e de a situação de segurança se ter

degradado, a economia abrandou 1,1 pontos percentuais, para uma taxa de crescimento de 6,3 por cento. Mas ainda assim, o balanço dos bancos continuou a crescer “à taxas impressionantes”, de acordo com a Eaglestone Security.

Num relatório recente sobre a banca moçambicana, que analisa as contas dos seis maiores bancos do país, a consultora adianta que os activos, empréstimos e depósitos continuaram todos a crescer 20 por cento, em relação a 2014.

Cerca de 70 por cento dos depósitos e empréstimos são em meticais, 60 por cento dos depósitos são à vista, os rácios de qualidade de activos mantiveram-se inalteráveis “a níveis confortáveis” e o sector bancário está “bem capitalizado”, com os seis bancos com rácio de solvabilidade acima das obrigações regulatórias.

Ainda segundo a consultora, os lucros dos seis bancos aumentaram novamente, devido a um desempenho operacional “robusto”, apesar da maior concorrência, do aumento de custos salariais e de investimento na expansão da rede de balcões.

Por activos, empréstimos e depósitos, o maior banco é o BCI seguido do Millennium BIM, mas é este banco que apresentou, no ano passado, maiores resultados líquidos de 81,4 milhões de dólares, seguido do Standard Bank Moçambique com 51,4 milhões de dólares.

Mozabanco, Banco Único e Barclays Bank Moçambique completaram a lista dos seis maiores, entre as 19 instituições bancárias de que o país

dispõe – a mais recente das quais o Banco BIG, de capitais portugueses, tal como os dois maiores.

O panorama bancário do país deverá sofrer, à curto e médio prazos alterações substanciais, passando pela venda do Moza Banco, participado pelo português Novo Banco, que deverá também ele mudar de mãos, mas também o BCI poderá sofrer alterações na sua composição accionista, devido às mudanças no capital no português BPI, um dos accionistas de referência a par do banco público Caixa geral de Depósitos.

“Acreditamos que a deterioração das condições no mercado de moeda estrangeira este ano pode ter um impacto no panorama bancário moçambicana no médio prazo”, afirma a Eaglestone, citada pela agência MacaHub.

Devido à falta de divisas, a par de uma escalada de inflação, o Banco Central moçambicano tem vindo a adoptar uma política monetária mais restritiva ao longo de 2016, enquanto o governo viu-se obrigado a apresentar um Orçamento do Estado rectificativo com medidas de austeridade exigidas pelo FMI e pela generalidade dos parceiros ocidentais como condição para repor as ajudas orçamentais.

AAMB, preocupada com a situação dos seus membros associados face a actual conjuntura económica, continuará a acompanhar as medidas em curso e intermediar, sempre que for necessário, para o benefício dos seus membros.

“Um distrito, um banco”

Bancos em todos distritos até 2019

No âmbito da política de inclusão financeira em curso no país, todas as capitais distritais deverão ser servidas por pelo menos uma agência bancária até 2019, ao abrigo do projecto “um distrito, um banco”, lançado no dia 9 de Agosto de 2016, pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, na cidade da Maxixe, província de Inhambane, no decurso de visita de trabalho que efectuou àquela parcela do país.

Para tornar realidade a iniciativa, quatro bancos comerciais, membros da Associação Moçambicana de Bancos (AMB), nomeadamente, Millennium BIM, BCI, Moza e Nosso Banco, rubricaram, perante o Chefe do Estado, Filipe Nyusi e presidente da AMB, Teotónio Comiche, contratos com o Fundo de Desenvolvimento Rural, ao abrigo dos quais o Governo se compromete a criar facilidades visando a implantação física das instituições bancárias.

Intervindo na ocasião, o Chefe do Estado situou a importância do projecto afirmando que, apesar de o número de instituições financeiras que operam no país ter aumentado de 12 para 18 nos últimos anos, a cobertura bancária distrital continua abaixo dos 50 por cento, com apenas 81 distritos bancarizados em todo país.

Com este cenário, segundo Filipe Nyusi, cerca de 90 por cento dos moçambicanos não tem uma conta numa instituição financeira formal, sendo que o crédito formal está disponível para apenas três por cento da população adulta.

Segundo o Presidente, a bancarização rural é uma estratégia do governo que visa assegurar o desenvolvimento sustentável das comunidades, através da colocação de instituições monetárias de forma a garantirem transações financeiras seguras para os operadores económicos, funcionários e para público em geral.

O mote da bancarização rural, que, segundo Filipe Nyusi é uma das suas prioridades de governação, é a



Presidente da República, Filipe Nyusi (ao centro) ladeado (à esquerda) pelos Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia e Presidente da Associação Moçambicana de Bancos, Teotónio Comiche e (à direita) governador de Inhambane, Agostinho Chapo e Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maxixe, Simão Rafael, durante a cerimónia de lançamento do projecto “Um distrito, um Banco”

necessidade de se fomentar uma economia local através da oferta de serviços básicos de desenvolvimento, usando o conhecimento e experiências locais.

“Cerca de um terço da população moçambicana ainda gasta três horas ou mesmo o dia inteiro para chegar a um banco...”, destacou o Chefe do Estado.

Para Filipe Nyusi, a bancarização é uma das portas de entrada para que cidadãos individuais e empresas locais possam beneficiar de produtos básicos financeiros, tais como o acesso ao crédito bancário, particularmente para os pequenos agricultores e para as micro, pequenas e médias empresas.

“É preciso garantir a implantação dos serviços também nos postos administrativos e localidades, sendo por isso importante a dinamização da educação financeira nas comunidades para dar a possibilidade de as pessoas compreenderem a informação proveniente das instituições financeiras,

permitindo-lhes escolher os produtos e serviços adequados a si, em face dos seus rendimentos e património”, explicou o Presidente da República, sublinhando que só desta forma o país sairá vitorioso na batalha pela erradicação da pobreza e criação de riqueza.

A III Feira de Inclusão Financeira, organizada pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, contou com a presença de membros do Conselho de Ministros, governantes locais dirigentes de bancos comerciais, da AMB e de outras instituições financeiras, bem como deputados e população em geral.

DIÁLOGO SECTOR PÚBLICO-PRIVADO

CTA apresenta preocupações ao governo e propõe soluções

A Confederação das Associações económicas de Moçambique (CTA) reunida com o governo ao mais alto nível, na sua XIV Conferência Anual do Sector Privado (CASP) anunciou que os desafios da economia moçambicana são sobejamente conhecidos e consensuais e os seus efeitos são sentidos por todos, nomeadamente, o governo, o sector privado e toda a sociedade, em geral e que alguns dos desafios têm solução interna.



Atensão político-militar com mais incidência na região centro do país, mas com impacto à escala nacional, a seca, a sustentabilidade da dívida (pública e privada, externa e interna) do país, a depreciação do Metical face ao dólar, a escassez de divisas para fazer face às operações do comércio externo, elevado custo do dinheiro e a subida galopante no nível geral de preços e as barreiras administrativas aos investimentos e ao negócio, fazem parte da lista das principais preocupações do sector privado apresentadas pelo Director Executivo da CTA, Rogério Manuel ao governo na presença do Presidente da República, Filipe Nyusi.

Trata-se dum quadro anunciador duma situação difícil para a economia nacional e, segundo Rogério Manuel, o sector privado está mais preocupado com a sustentabilidade da dívida interna privada porque a actual conjuntura não propicia rendimentos suficientes e nem gera fluxos suficientes para fazer face aos custos operacionais de negócios. Com as recentes medidas da política

monetária, o endividamento privado aumentou caminhando perigosamente para níveis de insustentabilidade. Trata-se dum nível por ninguém desejado porque poderá deteriorar, ainda mais, a situação económica do país, tal como o aumento do crédito mal parado no sistema bancário, a falência de empresas e o maior desemprego.

Segundo o Director Executivo do CTA, para as empresas fazerem face ao processo de produção precisam de um ambiente favorável em que têm menos custos de transação, gozam de maior rapidez na tomada de decisão nos processos e eliminação de toda a burocracia estatal o que em Moçambique acontece ao contrário. Pois, os que produzem ou querem produzir não são incentivados, enfrentam altas taxas de juro e ainda têm que pagar pelos custos que emanam das ineficiências do sistema burocrático estatal.

Rogério Manuel recordou que em Agosto de 2015 foi aprovado um novo modelo de diálogo público privado e assinado o memorando de

entendimento em que as partes (governo e sector privado) se comprometeram a trabalhar para imprimir uma nova dinâmica na implementação das reformas. Porém, um ano depois a situação se mantém e noutros casos se deteriorou devida a inércia de alguns dirigentes públicos e deu exemplos:

Dum total de vinte e duas reformas que o governo comprometeu-se a implementar, apenas aprovou dez que ainda não funcionam porque umas carecem de aprovação pela Assembleia da República e outras de regulamentação o que vai piorando a situação económica. Como que a testemunhar este facto, do rolo das questões ligadas às reformas e constantes na matriz de acções, a CTA cumpriu em cem por cento o que lhe cabia, enquanto o governo ronda nos 54,5 por cento de execução e 36 por cento em execução.

Constata-se ainda a falta de harmonização das propostas do governo em diversos instrumentos em discussão com o sector privado o que leva a desvalorização das opiniões apresentadas por este sector nos

documentos finais.

Rogério Manuel queixou-se ainda de frequentes ausências, por uns e falta de interesse por outros, dos membros do governo nos encontros regulares com sector privado e que não têm a frontalidade de informar ao sector privado o seu desinteresse por determinadas reformas.

“Ao invés de se empenharem na criação dum melhor ambiente de negócios a vários níveis do Estado, há uma tendência generalizada de criação de novas taxas ou de agravamento das já existentes, aplicação de multas pesadas, reduzindo a competitividade das empresas”, frisou. Depois acrescentou, “quando a política é reduzir a dolarização da economia, notamos uma tendência no sentido inverso em determinadas instituições e serviços do Estado ao promover concursos públicos e fixação de taxas fixadas à moeda estrangeira”.

Para Rogério Manuel, a continuar esta situação a economia vai continuar a degradar-se e vai ainda agravar o défice estrutural da balança de pagamentos, criando pressão para a depreciação

cambial.

Sem querer ser exaustivo, a CTA apontou alguma receita para ultrapassar a crise a começar pela cessação urgente da tensão político-militar para permitir a circulação de pessoas e bens. Apontou também acção urgente do governo para a conquista da confiança e credibilidade junto dos parceiros e a tomada de medidas de índole fiscal e não só para estimular a produção interna, por exemplo a remoção do IRPC na agricultura por um período de dez anos e a eliminação do IVA em todas as transmissões na cadeia dos produtos deste sector.

Mobilizar linhas de financiamento externas consecionais para financiar o sector produtivo e adopção de medidas para a protecção aos produtos nacionais que mostrem evidência de se tornar a competitividade a prazo, estudar a possibilidade da redução do IVA dos actuais 17 para 14 por cento harmonizando assim, este imposto com o da África do Sul cuja economia é mais directamente concorrente com a nossa. O Estado deve implementar o conteúdo

nacional na sua defesa em bens e serviços e definindo um plano de implementação, por exemplo, em 2017 o Estado pode definir 30 por cento da despesa em bens e serviço devem ser de origem do mercado interno e definir que produtos são. Por exemplo, definir que em 2018 subir para 40 por cento e até chegar um ponto em que a despesa é integralmente realizada em bens e serviços do mercado interno.

Ainda no rolo das propostas para a economia nacional, o Vice-Director Geral da CTA, Rogério Samo Gudo propôs a criação de fundo de garantia para facilitar o acesso ao financiamento.

Para a CTA estas medidas ajudariam para o crescimento da indústria local, aumento do emprego ao invés de estimular a produção dos outros países. Podem ainda ajudar a reduzir o défice da balança de pagamentos na componente de bens em 25 por cento, reduzindo a exportação de capitais em 1.25 milhões de dólares e melhorar a gestão do fundo cambial.

Governo tranquiliza o sector privado e reitera o compromisso

O Presidente da República disse que o actual governo assume o diálogo público-privado como instrumento fundamental para a melhoria do ambiente de negócio em Moçambique e é por isso que foi elevado o nível de representatividade com a indicação do Primeiro-Ministro para liderar a equipa governamental e o número de encontros formais e informais entre os dois sectores aumentou bastante nos últimos anos.

Filipe Nyusi disse ainda que não é tarefa do Estado criar empresas e entregar ao sector privado, mas sim, é entidade reguladora e facilitadora. Neste domínio, anunciou assuntos concretos que produziram resultados como aprovação da proposta de alteração do IVA, da política estratégica industrial, a revisão do decreto sobre empreitadas de obras públicas e fornecimento de bens e serviços, a introdução da lei da taxa de turismo, lei que cria sistema de informação de crédito de gestão privada e está em curso a revisão da pauta aduaneira.

Para a actual crise, o Chefe de Estado desafiou ao sector privado a identificar oportunidades e delas tirar vantagens. “Pensem e trabalhem junto com o meu



governo e nos tragam soluções. Eu estou atento”, frisou. Por seu turno, o Ministro da Economia e

Finanças, Adriano Maleiane falando sobre a contratação de empresas para fornecimento de bens e serviços em moeda estrangeira, disse que o Estado

apenas lança o concurso e as empresas vencedoras é que importam os bens e serviços e não o Estado.

Falando sobre a crise, Adriano Maleiane destacou o papel da agricultura como a base de desenvolvimento e a indústria como factor dinamizador e apelou aos empresários para que em Moçambique se transforme a produção para consumo e venda como uma cultura e não apenas como um negócio temporário. “Assim, produzindo em quantidade pode-se abastecer o mercado interno para consumo e exportar de forma permanente como nós importamos o que dos outros produzem em quantidade”, disse Maleiane.

No final do encontro e de acesos debates sobre a problemática da crise que afecta o país e das suas causas, o Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário disse que o Executivo tomou nota de todas as preocupações e a curto ou médio prazos serão removidas todas as barreiras que afectam o ambiente de negócios em Moçambique.

Contudo, o governo manifestou total confiança no sector privado como parceiro estratégico no crescimento económico de Moçambique tendo-o desafiado a acelerar a sua contribuição para a mudança do actual paradigma da balança comercial, em que o volume das importações é superior que as exportações.

A XIV Conferência Anual do Sector Privado foi o momento mais alto do diálogo público privado que serviu para fazer o balanço da agenda de reformas, reflexão sobre os desafios do sector privado que, simultaneamente, são o desafios do desenvolvimento económico do país como um todo.

Realizada sob o lema, “Desafios da produção interna na conjuntura



económica actual e perspectiva”, a conferência realizou-se num contexto atípico em que o país atravessa caracterizado por um crescente défice da produção interna aliado a queda de preços dos principais produtos de exportação de Moçambique no mercado internacional o que leva a depreciação do Matical face ao dólar, principal moeda nas transações externas.

Este mau sinal deteriorou-se com as secas que se fizeram sentir na região sul e cheias nas regiões centro e norte do país, situação associada às mudanças climáticas. Esta conjuntura impõe uma reflexão sobre caminhos que possam reduzir o grau de exposição da economia nacional aos choques externos.

Reduz crescimento económico no primeiro semestre

A economia moçambicana cresceu 4%, 2.3% menos que no primeiro semestre de 2015.

Não obstante, o valor dos impostos cobrados no primeiro semestre deste ano aumentou ligeiramente para 72.3 mil milhões de meticais – mais 400 milhões de meticais do que de Janeiro a Junho de 2015. Ainda assim, o crescimento deste sector não foi suficiente para alavancar a economia nacional.

Segundo o Conselho de Ministros, com este desempenho, o Governo executou 42% do seu plano para este ano.

No primeiro semestre, o Governo gastou 19.6% do Orçamento com despesas do Estado.



MEF faz radiografia das causas da crise e anuncia soluções

Porquê o encontro com o sector privado?

A intervenção do Governo no encontro com os empresários foi marcada por perguntas e respostas dadas pelo próprio Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane. Primeiro, no programa do Governo a terceira prioridade é o emprego, produção e produtividade dedicada exclusivamente ao sector privado, um parceiro estratégico do Governo porque sem ele não é possível implementar este programa. Por isso a pertinência dos encontros com o sector privado para trocar ideias, aconselhar e dar sugestões sobre a forma de implementação do programa.

Segundo, no âmbito de implementação do orçamento rectificativo é importante a opinião dos sector privado para busca de melhores formas de aplicação porque a questão não é apenas efectuar cortes, mas saber aplicação depois do corte.

O que está acontecer e que caminhos para a saída nesta crise?

O contexto internacional não está saudável porque no crescimento mundial há tendência em baixa de crescimento económico de 3.5 para 3.2 do PIB. A economia americana continua pujante na sua moeda (dólar) e todos países, incluindo Moçambique recentem-se disso. Mas também está claro que há movimentos transversais que criam problemas sérios na economia doméstica, por exemplo, as



sustentabilidade evoca que temos de mobilizar recursos internos, uma espécie que nos recorda o passado da década de 80 em Moçambique quando enfrentávamos problemas mais sérios que agora. Nessa altura a orientação do presidente Samora era contarmos com as nossas próprias forças. As razões da época é porque o Ocidente pensava que eramos comunistas e estes pensavam que nós eramos capitalistas, portanto não tínhamos o

mudanças climáticas que estão acontecer em todo o mundo, a instabilidade económica porque muitos países passam provocam a subida dos preços de produtos básicos, por exemplo os 14 produtos que Moçambique estão sendo afectados pela baixa de preços. Mas ainda nessas mudanças transversais salienta-se ainda a questão de migração tecnológica.

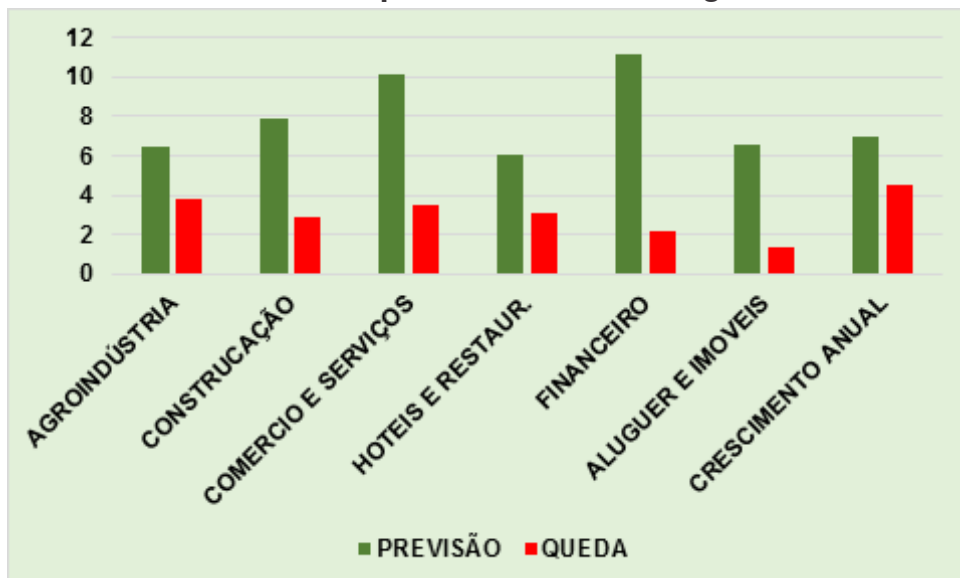
Podemos olhar no programa da União Africana 2013/2063 que salienta a

apoio de nenhum dos lados e tínhamos que nos confiar a nós mesmos.

O mundo hoje também está virado para si próprio e nos orienta a mobilizarmos os recursos internos que são as poupanças. Temos que mudar a forma como nós tributamos às famílias. Há também uma orientação geral que o imposto sobre o rendimento das pessoas tem que aligeirado para permitir ter um rendimento disponível para provocar a procura e desta maneira dinamizar a economia. Estas são algumas ideias que se colocam na actual situação.

Mesmo na força do trabalho, hoje já não se conta muito a força muscular do homem e caminha-se para um mundo cada vez mais científico/tecnológico. Por exemplo, a energia hoje é limpa e quem está a produzir carvão já tem problemas de vender. Nós estamos a ver que o desemprego cresce porque o espaço laboral está cada vez mais a ser automatizado. Assistimos máquinas automáticas que substituem o homem no maneo institucional. Portanto, precisamos perceber que os nossos importadores já mudaram as formas de produção e os modelos de consumo e é por isso que os nossos produtos devem ser transformados ou adaptados para podermos competir, porque, se continuarmos como estamos, vamos ter graves problemas.

Gráfico de desaceleração percentual das previsões de crescimento económico por sector em 2016 segundo o Governo



E quais são os nossos problemas?

Primeiro, está claro que neste contexto a nossa economia não podia crescer a 7 por cento que nós tínhamos previsto. Então, num trabalho que nós fizemos, assumindo os pressupostos, e na minha opinião, saímos dos supostos 7 por cento para a prospecção de 4,5 por cento de crescimento económico para 2016, mas com um cenário ainda negativo. Só para prestar algumas indicações, nesta desaceleração, temos a agro-indústria que que cai de 6,5 para 3,8 por cento, o sector de

O segundo problema não é novo. É o défice sobre as transações correntes. Só para ilustração, sistematicamente nós temos o maior défice da zona austral de cerca de 36 por cento do PIB que é da nossa conta corrente. Porém, pode ser que esta percentagem não representa tanto, embora haja anos que apontam 5.7 biliões, tomemos como amostra o ano de 2015 que tínhamos 4.9 biliões de défice das transações da conta corrente.

Se todos os anos desde 2009 para cá o défice andou a volta destes

e nalguns casos altamente apreciável porque o fluxo era normal. Neste momento os grandes projectos deixaram de fluir. Só para ter uma ideia, no primeiro trimestre de 2015 o Investimento Directo Estrangeiro foi de cerca de um bilião e no mesmo período de 2016 foi de 645 milhões de dólares, uma diferença de cerca de 400 milhões. Agora o problema que temos é onde encontrarmos alternativas para buscar estes 400 milhões. Mas, infelizmente recebemos a notícia de que os parceiros não vão financiar e perdemos



construção que sai de 7,9 para 2,9 por cento, a área de comércio e serviços que é incrível, porque normalmente nunca tem tido problemas, que cai de 10,1 para 3,5 por cento e a área de hotéis e restauração sai de 6,1 para 3,1 por cento. Estranhamente, o serviço financeiro vai sair de 11,2 para 2,2 por cento e a área de alugueres e imóveis sai de 6,6 para 1,4 por cento.

Isto quer dizer que estes sectores importantes da nossa economia estão com problemas sérios e é por isso que revemos em baixa o crescimento económico, o que significa que as receitas também vão ter que baixar porque não há produção, por isso temos que encontrar saídas.

números e nunca houve instabilidade e agora o que está acontecer?

Explico o que eu penso que deve estar acontecer:

Primeiro, é que ao longo destes anos nós estamos a ter uma entrada massiva de Investimento Directo Estrangeiro. Portanto, em média tínhamos cerca de 3.6 biliões de défice das transações da conta corrente que íamos buscar fora através do investimento directo estrangeiro. Dos 4.9 biliões de dólares necessários, ficávamos com o saldo de cerca de um bilião. Metade deste um bilião de dólares recebíamos dos parceiros e a diferença fechávamos com o movimento de capitais e é por isso que a taxa de câmbio esteve sempre estável

também os 500 milhões de dólares. Como se pode ver, em pouco tempo perdemos a perspectiva de termos cerca de um bilião de dólares. Isto significa que se não encontrarmos alternativas para um bilião a situação de instabilidade pode continuar.

E nisso o que percebemos?

Percebemos que se não houver um bilião de dólares temos problemas no câmbio porque a força reside aqui. Mas, mais do que isso, os serviços como o turismo, os caminhos-de-ferro e outros por exemplo que corrigiam a situação, nos últimos anos temos défice na ordem de 2.9 biliões de dólares. Neste caso, se na balança comercial e na

conta de serviços temos défices, não há outra alternativa se não o recurso da dívida. Não há outra forma. Porém, a dívida também tem limites porque o sector privado também está a se endividar muito.

Estamos a falar da dívida pública que incluindo as garantias de 1.2 milhões, estamos com 11.640 biliões, mas o sector privado também está a crescer e já está com 4.9 biliões. Isto significa que o fundo cambial que é gerido pelo Banco de Moçambique tem que servir as duas dívidas. Tudo isso vai pressionando na taxa de câmbio que nós temos.

Por isso, se olharmos para as nossas

correntes? E é isto que está a criar problemas que estamos a ter. E porquê isto acontece? Achamos que temos estado a gastar muito tempo a discutir as consequências e não a causa do problema. A causa é que nós produzimos menos e importamos mais. Mais do que isso, as nossas exportações tradicionais não crescem e estão sempre na fasquia de 1.2 ou 1.8 milhões de dólares ao longo do ano. Ou nós não estamos a controlar como sub facturação por exemplo o que é estranho, ou temos que aumentar efectivamente a nossa produção.

Como terceiro problema temos défice na linha de orçamento que subiu e agora piorou porque são donativos. Da nossa

se uma circulação livre de pessoas e bens sem fazer nada, África em geral ou Moçambique, em particular pode crescer um por cento.

Em segundo lugar, é a revisão do orçamento para reduzir as gorduras para compensar a falta de apoio e para dar melhor perspectiva de gestão doméstica.

Finalmente, e para dar alguma esperança, o Governo decidiu concentrar esforços na agricultura, na energia, infraestruturas e no turismo. **Na agricultura** nos concentramos em sete produtos que são aqueles que têm maior impacto na inflação. **Na energia** temos diversas fontes e estamos a incentivar o

sector privado para maior aproveitamento deste recurso.

Na área de infraestruturas apostamos nos corredores sul, centro e norte. **No Turismo** temos muito para fazer melhor e temos tudo para dar certo. Temos a beleza da natureza, hospitalidade, tolerância inter-religioso e alto espírito de solidariedade.

Pensamos ainda acelerar as reformas por exemplo flexibilizar a lei do trabalho mesmo para o sector público para permitir criação maior acesso de emprego.

Outra opção é a desdolarização da nossa economia. Achamos que não é possível uma política cambial coerente quando estamos com a economia altamente dolarizada. A políti-

ca cambial é mesmo para ajudar a compensar a fraqueza na competitividade.

Perante isto que eu **não chamo de crise** uma vez que a crise tem várias categorias, mas sim chamo de **choque de oferta** porque não estamos a produzir, os remédios das consequências vão ser gravosas e vão ter que compreender como, por exemplo, a subida das taxas.



importações o que estamos a ver?

Vimos que o combustível que, em princípio nos consume qualquer coisa como 685 milhões por causa dos preços que baixaram. Mas, ao mesmo tempo, em 2015 gastamos na importação de combustível só para viaturas 485 milhões de dólares. É muito apesar de estarmos a diminuir. Nos bens de consumo como cereais que podemos produzir gastamos 325 milhões de dólares.

Portanto, estamos a gastar muito nas importações quando podíamos produzir sem grandes esforços.

O segundo problema é como podemos resolver o défice da conta de transações

programação de 2.2 por cento do PIB vai subir para 12.2 por cento do PIB sem donativo. Isto porquê? Não vamos receber o apoio ao Orçamento directo do Estado cerca de 500 milhões de dólares ao todo.

Estes são os três problemas que temos que se associam ao contexto internacional.

O que é que temos que fazer?

Primeiro, há uma coisa que não custa dinheiro, mas com impacto muito grande. É a paz. E para tal o Governo está muito empenhado porque a nossa maior circulação de pessoas e bens é terrestre. Há estudo que apontam que garantindo-

Fáusio Mussá, analista do Standard Bank

“O futuro pretende de muita ponderação até 2017 e é preciso muita transparência na política cambial. Porém, Moçambique tem ainda sinais de esperança”



Verificamos nos últimos anos que há grande fluxo de capitais financeiros para Estados Unidos da América e, consequentemente, há forte apreciação do dólar.

Neste ano, e porque os problemas apareciam que já não bastavam para o mundo, os britânicos decidiram sair da União Europeia, e isto está provocar uma forte apreciação de algumas moedas, incluindo o dólar.

Com isto, significa que a conjuntura internacional permanece complicada e Moçambique tem de gerir a sua economia num ambiente internacional difícil.

Passando pela economia doméstica, eu penso que o Senhor Ministro já tocou os aspectos mais importantes na balança de pagamentos e as estatísticas falam por si.

À curto prazo, eu penso que há muito pouco que se pode fazer para gerar a base de pagamentos. Se a taxa de câmbio continuar a depreciar-se pode ser que algumas empresas que estão nesta sala decidam parar a sua actividade. Porque eu acredito que em cada um Metical que se gasta, há uma forte percentagem de dólares que vai com esse Metical. Mesmo para produzir água mineral cá em Moçambique, temos que importar o plástico.

Se a taxa de câmbio depreciar-se a um nível insuportável, o que irá acontecer é que algumas empresas vão fechar. Parece ser um paradoxo, mas se calhar é melhor que algumas empresas fechem porque isto pode ajudar a termos um Metical se calhar mais estável. No fundo estamos numa situação tão complicada que a própria

actividade se não for aquela que ajuda a produzir comida e a reduzir substancialmente as importações, vamos sendo prejudicados à curto prazo. Sei que é complicado dizer isso.

Se nós estivéssemos a assistir um filme de James Bond que começou no ano passado, posso dizer que o filme está ainda no início dos primeiros cinco minutos de acção.

Não pretendo ser pessimista com esta forma de transmitir os números, mas penso que o momento exige muita ponderação.

O país continua a estar ainda com perspectivas muito fortes de crescimento económico.

Este ano e provavelmente o próximo também, provavelmente vão ser anos difíceis, mas a magnitude dos grandes projectos pode ajudar o país a ultrapassar as dificuldades.

O défice da conta corrente só pode ser corrigido à longo prazo e alguns dos desequilíbrios que o país enfrenta neste momento só podem ser corrigidos ao longo de um período de tempo considerável. Mas, se houver algum choque externo que represente grandes fluxos de investimento estrangeiro para Moçambique, pode, sem dúvida, ajudar a estabilizar a economia. Obviamente, enquanto isso não acontece é preciso cortar alguns orçamentos e fazer alguns ajustes.

Em jeito de contribuição, gostaria que continuássemos a sermos mais transparente possível no orçamento. Isto o que quer dizer?

Temos estado acompanhar o debate sobre o pão e é importante que este produto continue a estar acessível para a maioria da população. Não há dúvida quanto a isso. Mas, é importante também que haja transparência neste processo de asseguramento do pão acessível para todos.

Penso que do ponto de vista fiscal, provavelmente haja muito pouco que se pode fazer, mas do ponto de vista cambial pode haver a tentação de se vender o dólar a um preço mais baixo para o caso do pão. Se isso acontecer é um perigo muito grande porque não estaremos a ser transparentes na nossa política cambial.

Eu sugeria que houvesse um subsídio no Orçamento do estado dedicado ao pão. Mas, porque todos conhecemos

qual é o valor que está lá, podemos cortar noutros sectores do que ter um câmbio que ninguém conhece e que é vendido secretamente ao operadores para manter o preço mais baixo do pão.

Falo do pão como exemplo porque pode ser que haja outros *itens* ainda mais importantes para o país, por exemplo o combustível, etc.

Se houvesse uma forte mensagem no Orçamento do Estado sobre a transparência, eu penso que ajudaria a resolver alguns problemas resultantes da falta de transparência neste orçamento.

Falamos da inflação e da grande pressão que os produtos alimentares fazem depreciar o Metical sobre o Rand, em cerca de 5 por cento durante o ano de 2015. Neste ano a depreciação do Metical sobre o Rand foi de cerca de 30 por cento. Por isso, quando digo que ainda não começamos a ver o filme de acção, tem a ver com isso porque alguns destes números só agora é que começam a reflectir a realidade.

Perspectivas?

“A esperança é a última a morrer”, diz um ditado português e se calhar noutras línguas também.

Como moçambicanos continuamos optimistas que o país pode superar os desafios.

Tal como o Senhor Ministro disse muito bem, eu penso que o primeiro problema que o país tem que resolver é o problema da paz. Só depois disso é que provavelmente pode-se ter espaço para dar maior atenção às outras áreas.

Olhando para as outras economias, por exemplo de Angola, o banco central desde o início da ascensão do dólar sobre outras moedas nacionais em 2014, no orçamento de 2015 o ministério das finanças de Angola fez um corte muito grande. O Banco Central decidiu proteger as reservas e para isso foi aceitando alguma depreciação de Kwanza. No final do mês de Junho o FMI anunciou que o Governo de Angola decidiu não aceitar ajuda financeira desta instituição. Provavelmente grande parte que poderiam ser as recomendações do FMI o governo já fez e tem estado a seguir de forma proactiva. Eu penso que o FMI não tem solução para os problemas dos países, mas há algumas regras básicas que devem ser

observadas. Não se pode manter o câmbio de Matic forte por um período tão longo com base em expectativas de que amanhã haverá engendrações para cobrir as reservas. É preciso aceitar os choques de curto prazo e gerir as reservas de forma mais prudente para que esta esperança do amanhã se mantenha.

Numa nota mais positiva, eu diria que se olharmos para o nosso sector empresarial, grande parte das empresas não está enfrentar dificuldades a partir de hoje. Nos últimos nove meses já começamos a sentir isso e têm havido um grande carinho para Moçambique a partir dos investidores internacionais. Algumas empresas com quem dialogamos indicam que, apesar das empresas não terem dólar para importar, as actividades continuam porque os accionistas olham para Moçambique com uma perspectiva de longo prazo. E nos últimos nove meses, estes accionistas continuaram dispostos a investir e a pagar as facturas de importação para as empresas continuarem a operar.

Eu penso que tal como é importante fazer orçamento e tomar algumas medidas de política económica, é também importante melhorar as expectativas em relação a Moçambique. Essa melhoria passa por acelerar, provavelmente, a aprovação dos contratos de exploração do gás

natural. Isto nos parece que pode ser muito benéfico para o país.

É preciso também acelerar o processo de pacificação do país e continuar a manter maior transparência possível em relação às políticas e medidas que são tomadas no tocante ao Orçamento do Estado.

Termino com uma nota sobre o sector financeiro.

Em relação a banca, percebemos claramente que não é possível fazer o ajuste que a economia precisa sem que haja uma continuidade de subida nas taxas de juro. Até aqui as taxas de juro já aumentaram a um ritmo bastante forte e o grande receio agora é que alguns bancos não tenham capital suficiente para aguentar o aumento esperado no crédito mal parado. Felizmente há uma forte concentração da banca em Moçambique. Se calhar nestes momentos de crise essa forte concentração pode ser benéfica porque no geral não é benéfico que um país tenha uma banca tão concentrada. Porque eu acredito que os grandes bancos têm capital suficiente para aguentar com as actuais dificuldades no curto e médio prazos.

Certamente que alguns dos bancos mais pequenos vão ter muitas dificuldades para transitar este período mais difícil porque não se está a falar apenas do sector público, mas do privado e dos particulares que estão

também com dificuldades.

Se olharmos pela banca nos últimos momentos, apesar de se comentar que as taxas de juros eram muito altas, cerca de 14.5 por cento, comparando com outras economias do mundo, para Moçambique era muito barato. E com base nessa taxa de juro barata, houve um forte crescimento no crédito dos particulares, das empresas e do sector público. E a grande diferença que encontramos hoje, comparando com o ano de 2011, quando o Banco Central colocou a taxa de juro em 16.5 por cento, naquela altura a economia estava a crescer a um ritmo forte, isto é, as empresas conseguiam fazer negócios e produzir lucros para pagar o juro mais alto que se cobrava.

Desta vez a equação alterou-se substancialmente. A economia não está a crescer ou se está é a um ritmo muito lento. As empresas não estão a gerar os rendimentos necessários para pagar as taxas de juro. Talvez seja necessário aumentar de forma proactiva o capital na banca para ajuda-la a sobreviver alguns períodos mais difíceis.

Manuel Soares, Administrador do BCI

- **Milhões de dólares são levantados na caixa sem voltarem ao sistema.**
- **temos que encontrar formas de penalizar falsas declarações de viagens.**



Como este encontro se referiu da falta de liquidez em dólar, é preciso dizer que a banca nacional não tem problemas de dólares ou o país não tem problemas de dólares. Nós quando olhamos para os depósitos que há em moeda externa na banca, vimos que isto não tem problemas.

O problema que nós temos é uma questão de expectativas que os clientes que têm na banca fundo em moeda externa não convertem em Meticais, permitindo desta maneira, para angariar dólares para vender aos importadores. E esse é que é o problema que temos que resolver à curto prazo.

Pela teoria económica e pela necessidade de haver equilíbrio de taxas, basicamente o que acontece neste momento, nós temos grandes portadores de divisas neste país que, apesar das medidas que o Banco Central tomou, são autênticos influencia-

dores da banca comercial.

É interessante dizer que muitos bancos aumentam a concorrência, que é uma realidade, mas também tem efeitos nefastos quando a concentração de moedas ou de fundos junto dos clientes tem meia dúzia de grandes clientes. Estes passam a ter um poder negocial completamente diferente em que não é a banca neste momento que define os preços. Quem define os preços da moeda são os grande portadores. E é por isso que fico um pouco preocupado dizer qual é a expectativa até ao final do ano em termos da taxa de câmbio. Sinceramente não sei.

Nós passamos alguns meses em que houve alguma estabilidade em relação ao dólar contra o Metical, mas, de repente, começaram os sinais de aceleração de depreciação da moeda nacional contra o dólar.

O passado que nós tínhamos e que controlava esta expectativa dos condutores da moeda era saber que

havia uma entidade terceira que é o Banco Central que, tendo a capacidade de intervir no mercado, permitia alguma estabilidade na moeda. E foi o que nós assistimos no final do ano passado que houve intervenções pontuais do Banco Central, que mudaram a expectativa e levaram os exportadores a saírem da sua posição de realizar ganhos inesperados.

Hoje, como disse muito bem o Sr. Fáusio, é preciso gerir as reservas internacionais do país e a capacidade que o Banco Central nos transmite nessa intervenção é mínima. Portanto, temos uma situação em que temos clientes com contas em dólares e ficam em filas a espera de dólares para pagarem as suas importações. A expectativa é que aqueles dólares vão se valorizar e vão ter ganhos no futuro.

Vivemos num país de se estar a dolarizar a economia nacional onde, muitos moçambicanos continuam a receber salários em moeda externa, muitas rendas a serem pagas em moeda externa e que as pessoas fazem a questão de levantar esta moeda na boca de caixa para ir trocar no mercado informal. Penso que temos que intervir fortemente junto deste mercado informal.

É preciso saber, por exemplo, no BCI importamos em 2015, 170 milhões de dólares a notas e acho outros bancos também fazem estas importações e que são levantados na caixa sem voltarem no sistema. Se agíssemos fortemente nisto, se calhar permitiria contrabalançar um bocado nesta

pressão que passamos agora.

A lei cambial refere que só se pode levantar para viagens. O certo é que o número de pessoas que viaja neste país deve ser um caso único por que basta uma simples declaração diz que tem viagem. Para tal temos que encontrar formas de penalizar falsas declarações de viagens.

Em relação à carteira de crédito, a partir de Setembro de 2015, quando começou esta dificuldade em comprar moeda, a maioria dos grandes bancos reduziu a concepção de crédito porque a maioria dos nossos clientes são importadores. E se há dificuldades para comprar moeda, não se consegue garantir a sua produção para reembolso. Neste momento, ao contrário do passado em que só tínhamos um problema de subida da taxa de juro, um problema de inflação, a concepção de crédito também está reduzida porque a viabilidade de grande parte dos negócios está dependente de importações. Como se referiu, até para produzirmos água temos que importar garrafas.

Dito isto, é evidente que o que vamos assistir neste ano, são processos de reestruturação em massa, de muitos dos créditos que temos em carteira. E, evidentemente, isto vai fazer um *pressing* na nota em termos de consumos de capitais e poderemos ter algumas dificuldades no sistema.

Outra preocupação que nós temos como sistema financeiro, é com algumas empresas públicas, querendo sermos realistas. Há empresas públicas que se financiaram no exterior em

dólares e que todos os dias levam em baixa e isto é reflectido nos preços deles ou, qualquer dia o Estado tem que pensar em fazer uma intervenção e reforçar os capitais dessas empresas.

Outro problema da actual situação do país é com a descida no *ranking* o que está acontecer é que grande parte dos correspondentes internacionais com quem temos relações comerciais reduziu as suas confirmações de garantias. Por exemplo, com o *ranking* que Moçambique tem, muitos dos fornecedores internacionais quando emitimos uma garantia ou submetemos uma carta de crédito à favor de um cliente nosso, eles pedem a confirmação a confirmação de um banco de primeira linha internacional e estes por saber que há uma crise cambial e de liquidez em Moçambique, estão a reduzir estas linhas de confirmação ou solicitam que a banca local faça depósito em dólares colaterais para que quando chegar o momento de liquidação de CDI ou da garantia, os dólares existem. Isto significa que a capacidade da banca local de apoiar na emissão de garantia e de CDI pode reduzir substancialmente.

É importante referir que apesar de nós termos liquidez, com a última alteração que o Banco de Moçambique fez sobre a constituição de reservas obrigatórias, os principais bancos do país imobilizaram junto do Banco Central dólares no exterior para satisfazer este aviso que são 15 por cento do total dos depósitos dos clientes em moeda externa. E porque isto não estava previsto, a nossa capacidade de liquidez ficou apertada.

AR APROVA ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

A Assembleia da República (AR) aprovou no dia 27 de Julho de 2016, em definitivo, o Orçamento do Estado rectificativo e seu respectivo Plano Económico e Social (PES) para 2016, estimado em cerca de 243 mil milhões de meticais.

O anterior Orçamento do Estado (OE) de 2016 estava fixado em cerca de 246 mil milhões de meticais.

O Governo explicou que a revisão do OE e do PES de 2016 visa adequar-se à conjuntura económica actual em Moçambique, influenciada pela queda dos preços internacionais de produtos minerais, desincentivando assim a expansão da produção dos mesmos.

O Governo defende ainda a que o efeito da seca e estiagem na zona sul,

bem como as cheias e inundações na zona Norte ditaram a perda significativa de diversas culturas agrícolas, comprometendo o cumprimento desenhado anteriormente. Pelo que, o orçamento rectificativo foi votado porque se trata de um instrumento importante que concorre para o melhoramento da vida das populações no país.

Com a aprovação dos documentos, abriu-se um aval para o Governo prosseguir com as obras em curso na área de infra-estruturas, bem como com as reformas institucionais, que consolidam a descentralização administrativa do Estado. Outrossim, o orçamento rectificativo vai reforçar a capacidade do Estado de prover mais

bens e serviços sociais básicos à população e visa ainda fortalecer o apoio à capacidade produtiva no país, mobilizando os recursos internos e externos.

BM reforça medidas da política cambial e garante reservas suficientes para três meses de importação



Em face do comportamento atípico dos principais indicadores macro-económicos do país, com destaque para a inflação e a taxa de câmbio e, perante necessárias correcções a fazer à sua trajectória, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique julgou adequado reforçar a postura anticíclica da política monetária tendo decidido incrementar em 300 pp as taxas de juro das Facilidades Permanentes de Cedência de liquidez (FPC) e de Depósitos (FPD), para 17,25% e 10,25%, respectivamente, assim como ajustar o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional em 250 pontos base, para 13,0%, com efeitos a partir do período de constituição que inicia a 22 de Agosto de 2016.

Reunido em sessão ordinária a 21 de Julho de 2016, o Banco Central, na prossecução das medidas em curso, de âmbito fiscal e monetário, visando reestabelecer a estabilidade macro-económica e proteger a solidez do

saldo das Reservas Internacionais Líquidas (RIL) aumentou em 221 milhões de dólares norte-americanos, para 1.920 milhões, em Junho, montante para cobrir três meses de importações.

Ernesto Gove disse que o dinheiro disponível está dentro dos parâmetros internacionalmente aceites e não inclui as necessidades dos grandes projectos. Durante o mês de Junho, as instituições de crédito depositaram no BM um total de 207 milhões de dólares para a constituição de reservas obrigatórias em moeda estrangeira.

Adicionalmente, houve desembolso de fundos para projectos do Estado no montante de 46 milhões de dólares, ganhos cambiais potenciais líquidos de 28 milhões de dólares, rendimentos das aplicações no exterior de 20 milhões de dólares e remessas de mineiros no valor de 4,3 milhões de dólares.

“Entretanto, o aumento das RIL foi amortecido pelas vendas líquidas de divisas efectuadas pelo BM aos bancos comerciais no montante de 61 milhões

de dólares e por pagamentos diversos ordenados pelo Estado, no valor de 5,3 milhões de dólares”.

Segundo o comunicado de imprensa do BM citado pelo “notícias”, dados provisórios da balança de pagamentos indicam que, no primeiro trimestre, as transações comerciais entre Moçambique e o mundo resultaram num saldo negativo de 871 milhões de dólares, uma redução do défice em 451 milhões de dólares (-34,3%), comparativamente ao período homólogo de 2015.

Esta tendência reflecte, entre outros aspectos, a queda significativa das importações de bens e serviços em 370 milhões de dólares (-22,7%), explica-se pela depreciação da moeda doméstica e desaceleração da procura interna, particularmente dos grandes projectos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE).

Ainda de acordo com a fonte, no mês de Junho, o dólar norte-americano foi cotado em 63,50 Meticaís no Mercado Cambial Interbancário (MCI), o equivalente a uma depreciação mensal do matical de 9,1 por cento e anual de 62,7 por cento.

Nos balcões dos bancos comerciais, a taxa de câmbio média do fecho do último dia do mês de Junho foi de 63,91 Meticaís, o que representa uma depreciação mensal e anual de 9,8 por cento e 59,3 por cento, respectivamente.

Nos balcões dos bancos comerciais, a taxa de câmbio média do fecho do último dia do mês de Junho foi de 63,91 Meticaís, o que representa uma depreciação mensal e anual de 9,8 por cento e 59,3 por cento, respectivamente.

Nos balcões dos bancos comerciais, a taxa de câmbio média do fecho do último dia do mês de Junho foi de 63,91 Meticaís, o que representa uma depreciação mensal e anual de 9,8 por cento e 59,3 por cento, respectivamente.

Queda das exportações desafia mercado cambial doméstico

O Governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gove afirmou que a queda das exportações nos últimos anos, não é devidamente compensada por um maior nivelamento das importações, maior rigidez destas ou por produção doméstica, o que impõe desafios acrescidos ao mercado cambial doméstico e, por conseguinte, ao objectivo de estabilidade cambial.

Gove defendeu o facto, na sessão de abertura das VIII Jornadas Científicas promovidas pela instituição financeira,

que decorreu na Província de Maputo, em Junho último, onde os seus quadros debateram ideias sobre matérias do domínio económico-financeiro do país, com enfoque aos que directa ou indirectamente contribuem para a formulação e implementação das políticas do banco.

Segundo a fonte, a informação estatística da balança de pagamentos do país mostra que, nos últimos cinco anos, o valor médio das exportações foi de 3.685 milhões de dólares americanos,

dos quais cerca de 1.509 milhões correspondem às exportações tradicionais.

Entre os produtos com maior contribuição nas exportações do país, nos últimos cinco anos, Gove apontou o alumínio (1.095 milhões); carvão (365 milhões); energia eléctrica (299 milhões); tabaco (237 milhões); gás (236 milhões); açúcar (123 milhões) e a madeira com 108 milhões de dólares.

“A actual conjuntura internacional, caracterizada pelo comportamento

menos favorável dos preços internacionais de algumas *commodities* que Moçambique exporta, nomeadamente, o alumínio, carvão mineral, gás natural e a energia eléctrica, mostra que o país precisa enveredar por uma estratégia orientada para a diversificação das exportações”, disse Gove.

A diversificação das exportações pode contribuir bastante para reduzir o impacto das flutuações de preços internacionais das matérias-primas que, segundo o governador, o país produz.

“Na actual conjuntura internacional adversa, caracterizada pela queda dos

preços das matérias-primas que Moçambique exporta, agravada pelo cenário de suspensão da ajuda externa dos parceiros internacionais, as exportações assumem especial importância”, destacou. Aliás, é por esta razão que o encontro das jornadas científicas tem como lema a “Contribuição das Exportações na Economia de Moçambique”.

A fonte disse, por outro lado, que após anos sucessivos de estabilidade macroeconómica, acompanhada dum crescimento económico robusto, o ciclo mais recente do desenvolvimento tem sido caracterizado pela desaceleração

do crescimento, com factores que, de certo modo, condicionam os fundamentos sólidos da estabilidade macroeconómica. Desta feita, a promoção de uma cadeia de valor que permita algum processamento local não só contribui para a criação de mais emprego, como multiplica a renda das pequenas e médias empresas, chamadas a tomar parte activa no processo.

No encontro participaram quadros do Banco de Moçambique, de diversas instituições da banca comercial, economistas entre outras individualidades de ramos afins.

Apesar de melhorias

Moçambique tem níveis baixos de inclusão financeira

O nível de inclusão financeira em Moçambique continua relativamente baixo se for analisado pela extensão territorial de cerca de 800 mil km² e 14 milhões de população adulta e em idade economicamente activa, porque o número de agências bancárias e de outros prestadores de serviços

de 12 para 18, de agências bancárias de 218 para 614, de ATM de 376 para 1.576, de POS de 3.218 em 2006 para 17.619, de distritos com balcões de 27 para 70 e surgiram 2 instituições de moeda electrónica, novas instituições de segurança social e fundos de pensões assim como operadores de Bolsa.

enormes desafios para tornar a distribuição da rede e dos serviços e produtos financeiro mais abrangente e inclusiva no território nacional, pelo que, apelou o sector público e privado a redobrar os esforços para incentivar à expansão dos serviços financeiros, sem, no entanto, negligenciarmos a observância rigorosa de critérios de gestão sã e prudente das nossas instituições financeiras.

A Estratégia Nacional de Inclusão Financeira em curso no país, foi aprovada pelo Comité Directivo da Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro e tem, entre outras acções, a expansão das agências bancárias, agentes bancários e de instituições de moeda electrónica, ATM, POS, agências de seguradoras e micro-seguradoras, entre outros, por todo o país, em particular para as áreas rurais e periurbanas, o incremento do número de utilizadores dos referidos serviços, principalmente por via do incentivo à abertura de novas contas bancárias e sua utilização efectiva, bem como a promoção da poupança financeira e a melhoria dos níveis de conhecimento, capacidade e protecção do consumidor financeiro sobre serviços e produtos financeiro, bem como do funcionamento das instituições financeiras.



financeiros, até ao momento, mostra-se insuficiente para satisfazer as necessidades da população e empresas.

No quadro das várias reformas em curso que se tem vindo a implementar no sector financeiro e consentâneas com as prioridades do Governo, de 2005 a 2015 o país aumentou do número de bancos

Estes dados foram apresentados pelo Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, durante a cerimónia de lançamento da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, no dia 6 de Julho do ano em curso e que está sendo disseminada à escala nacional.

Na ocasião, Adriano Maleiane disse que o governo está consciente dos

Segundo EIU: Moçambique vai acelerar o crescimento económico em 2017

No seu relatório publicado no terceiro trimestre do ano em curso, Economist Intelligence Unit (EIU) que o crescimento, a uma média de 5,1 por cento no período de 2017 a 2020, ficará longe da média de 7,2 por cento da década anterior.

A produção de carvão manter-se-á um factor-chave de crescimento, devido ao esperado aumento dos preços do minério entre 2017 e 2018, a procura robusta da Índia e dos esforços das empresas mineiras para reduzirem os custos de funcionamento.

A EIU, citada pela Macauhub,

menciona o risco associado ao agravamento das condições de segurança nas regiões mineiras de Moçambique, bem como perturbações na rede logística que permite o escoamento de carvão e de outros minérios, mas adiantou que as empresas mineiras devem manter-se empenhadas nos respectivos projectos.

A produção agrícola deverá retomar em 2017 à medida que esmorecem os efeitos do El Niño, mas o crescimento manter-se-á baixo devido à baixa produtividade das explorações

familiares, na sua maior parte de subsistência e aos baixos preços associados às principais culturas de rendimento-açúcar, chá e algodão.

Segundo a fonte, a inflação, que em Junho se cifrou em 19,7 por cento em termos homólogos, deverá manter-se elevada, devido à rápida desvalorização da moeda moçambicana face às principais divisas, prevendo-se que encerre o ano em curso a 17,1 por cento, o valor mais elevado em mais de uma década.

HCB e bancos comerciais assinam acordo para desenvolver portal de financiamento às PME's

A Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) vai criar um *site* na internet, a ser montado dentro de dez dias, para permitir que os bancos comerciais tenham acesso à informações dos seus fornecedores, numa iniciativa que faz parte da política de conteúdo local da empresa.

Actualmente, calcula-se que cerca de 75% das compras da HCB são feitas em empresas nacionais. Com o portal de financiamento, a HCB pretende facilitar o acesso ao crédito à Pequenas e Médias Empresas (PME's), bem como acesso à informação aos bancos.

Segundo o Presidente do Conselho de Administração da HCB, Paulo Muxanga, "o portal de financiamento visa essencialmente reduzir a assimetria de informação entre os fornecedores da HCB e os bancos comerciais, através da disponibilização de informação em tempo real sobre as adjudicações dos concursos de compra de bens, serviços e empreitadas, bem como informações relacionadas com o historial da performance dos fornecedores com a HCB".

Para viabilizar o projecto, a HCB

assinou, no dia 10 de Agosto, na Cidade de Maputo, um memorando com os bancos comerciais do país onde estiveram presentes representantes da

permite mitigar o risco do banco", afirmou.

Refira-se que a HCB tem um outro portal direccionado aos seus



Associação Moçambicana de Bancos e membros do Conselho de Administração da HCB e de altos representantes do Millennium Bim, BCI, Standard Bank, Barclays Bank, Banco Único, Moza, BancABC, First National Bank (FNB) e Banco Nacional de Investimentos (BNI).

O Presidente da Comissão Executiva do BCI, Paulo Sousa, um dos signatários, disse que o acordo é importante para dinamizar a economia. "Estando ligado a um grande projecto nacional, fica a ser bem perceptível que o risco da empresa que fornece os serviços e produtos é menor. Isso

fornecedores, criado em 2013, que já conta com mil empresas cadastradas. Na ocasião, o administrador da HCB, Manuel Gameiro, informou que a empresa vai pagar ainda este ano a dívida que contraiu para reverter o empreendimento que era controlado pelo Governo português ao Estado moçambicano. A empresa prevê pagar 100 milhões de dólares em falta até Dezembro, um ano antes do fim do prazo.

Bancos unidos por Moçambique

“Um Distrito, Um Banco” até 2019

Missão:

Promovendo e praticando actos que contribuem para o progresso técnico, económico e social da actividade bancária de Moçambique, a inclusão financeira e segurança do consumidor dos produtos financeiros



www.bancabc.co.mz



www.bancomais.co.mz



www.barclays.co.mz



www.bci.co.mz



www.BIG.Co.mz



www.btm.co.mz



www.bni.co.mz



www.ecobank.com



www.gapi.co.mz



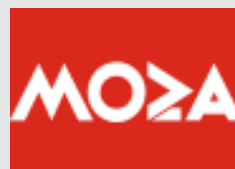
www.capitalbank.co.mz



www.fnb.co.mz



www.millenniumbim.co.mz



www.mozabanco.co.mz



www.nossobanco.co.mz



www.standardbank.co.mz



[/www.societegenerale.co.mz](http://www.societegenerale.co.mz)



www.ubagroup.com



www.bancounico.co.mz

Ficha técnica

AMBNewsLetter: Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Dispensa de Registo nº.03/GABINFO-DEC/2015; Edição nº 08, Setembro de 2016; **Coordenador Editorial:** José Mussane; **Revisão:** Anastácia Rosária. **Redacção, Fotografias e Maquetização:** Benjamim M. Chabualo; **Análise Económica:** Oldemiro Belchior; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita. Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: ambancos@teledata.mz www.amb.co.mz

Maputo - Moçambique